



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

RECURSO Nº 321/2014

Recorre da decisão proferida pelo conselho de ética e decoro parlamentar da câmara dos deputados, que deu procedência à representação no 25/2014 formulada pelos partidos políticos PSDB, DEM e PPS.

Recorrente: Deputado André Luiz Vargas Ilário

Relator: Deputado Sergio Zveiter

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JOSÉ MENTOR

Trata-se de recurso interposto pelo Deputado André Luiz Vargas Ilário contra decisão proferida pelo Conselho De Ética E Decoro Parlamentar, que acolheu a representação nº 25/2014 formulada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, pelos Democratas e pelo Partido Popular Socialista.

O Recorrente se insurgiu contra a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sob os argumentos de Nulidade na oitiva de testemunhas, Cerceamento ao direito de defesa, Negativa do direito de autodefesa, Violação do Princípio do Juiz Natural entre outros.

O relator do recurso, Deputado Sergio Zveiter, conclui em seu relatório proferido na reunião do dia 29/10/2014 que não houve, no julgamento da Representação no 25/2014, qualquer ato do Conselho ou de seus membros que



tenham contrariado norma constitucional, legal, regimental ou do Código de Ética e Decoro Parlamentar e seu Regulamento que justificaria o provimento do presente Recurso.

Por não concordar com relatório proferido é que se faz necessário a apresentação deste voto em separado.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

O recurso apresentado não tem como objetivo a rediscussão do mérito da decisão. O recurso não busca em nenhum momento que esta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania aprecie o mérito do julgamento do Conselho de Ética.

O recurso do deputado representado não se insurge contra o resultado do julgamento do Conselho de Ética, portanto não busca modificar a decisão do Conselho, não quer atingir a absolvição nem mesmo o abrandamento da pena. O recurso ataca, exclusivamente, o meio, o procedimento, pelo qual o processo foi conduzido.

E é assim que está estabelecido no art. 13, IV do Código de Ética, como competência dessa CCJC.:

“... Art. 13.

...

IV – Concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de cinco dias úteis, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos do Conselho ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual a Comissão se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de cinco dias úteis;

...”



Para que não pairasse dúvidas sobre o assunto o Deputado Marcos Rogério levantou a seguinte questão de ordem:

“ - Há várias indagações concernentes às consequências lógicas decorrentes de eventual decisão da CCJ em dar provimento ao recurso ou negar-lhe provimento, e nesse caso aprovando o parecer do nobre relator. Qual a consequência lógica de uma aprovação desse recurso em sede de CCJ? A CCJ, ao que me consta, não analisa o mérito da decisão tomada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, portanto se trata de verificarmos aqui se houve irregularidade nos procedimentos adotados pelo Conselho. Se houve respeito ao contraditório, se houve respeito ao devido processo. Feito essas observações, o questionamento: Qual a consequência de eventual aprovação desse recurso? Retorna ao Conselho? Vai ao Plenário com esse parecer, com essa decisão para aprovação/provimento do recurso ou, o que a mim me parece desarrazoado, teria o condão de anular a decisão do conselho? Então é apenas para esclarecimento concernente a esse procedimento.

Dep. Luiz Couto:

O relator pode dá (*sic*) a informação, mais se houver provimento ao recurso o Presidente da Casa manda retornar ao Conselho de Ética para...

Dep. Marcos Rogério:

Para sanar apenas aquele vício procedimental.

Dep. Luiz Couto:

Claro. Isso. Se não houver o provimento do recurso, ele vai para a Presidência para que possa ser julgado.

...”

Dou, nesse passo, como resolvida a questão de ordem para prosseguir no meu voto.



Segundo o recurso, a violação a princípios constitucionais trouxe prejuízos irreparáveis aos argumentos da defesa, caracterizando-se como vícios intransponíveis.

O caso exige um estudo e análise atenta dos autos, até porque o mandato de qualquer parlamentar, eleito pelo voto popular, não pode, ou melhor, não deve ser descartado, sumariamente, sem as garantias conquistadas pela civilidade, pelo direito e pela democracia, nem mesmo para atender um ou alguns deputados, um ou alguns partidos, um ou alguns órgãos da mídia ou, nem mesmo, um clamor momentâneo.

Busquei basear as afirmações trazidas neste voto nos acontecimentos procedimentais constantes nos autos até porque não se pode aceitar método indutivo de interpretação para fins de retaliar princípios constitucionais garantistas, ainda mais quando há evidente prejuízo à defesa.

A esta CCJC, s. m. j., não é possível suportar a violação do devido processo legal, do contraditório e o amplo direito de defesa.

É do Prof. Alexandre de Moraes, em Direito Constitucional, 24 ed., Editora Atlas, São Paulo, 2009, pg. 106: “O devido processo legal configura proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção do direito de liberdade, quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa”.

O caso dos autos – não pela sua conclusão que aqui não está sendo apreciada - é bem mais grave, pois as provas do atropelo das garantias procedimentais do cidadão e parlamentar, do devido processo legal, saltam aos olhos, com todas as vênias.

Um recurso pode se prestar para cumprir uma mera formalidade, é verdade, mas no caso ele se insurge contra o fato de que a ofensa ao procedimento prejudicou sobremaneira a busca da verdade real.

A Prof. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, 11^a. Edição, Editora Atlas, São Paulo, 1999, pags. 483 e 487 afirma: “Existem alguns



princípios comuns aos processos administrativos e judicial e que constituem objeto de estudo da teoria geral do processo: tais são os princípios da publicidade, da ampla defesa, do contraditório, do impulso oficial, da obediência à forma e aos procedimentos estabelecidos em lei”.

Deixar de observar o procedimento à luz dos princípios constitucionais e legais é dar lugar ao arbítrio, é permitir a imposição de uma vontade, é dar espaço à ditadura. prejudica, macula, fere de morte todo o contexto que exprime a verdade dos fatos.

Procedimento viciado, significa parecer viciado. Procedimento nulo, significa parecer nulo. E por que? Pelo simples fato de que o parecer do Conselho de Ético não pôde se basear nas provas necessárias que o representado requereu - e insistiu – para que pudessem ser produzidas, sem aqodamento e sem atropelo.

Muitos de nós vivemos período obscuro em nosso país. Tivemos conhecimento ou vivenciamos momentos em que o advogado não conseguia se avistar com se cliente, e quando podia era vigiado, sem sigilo, não tinha acesso ao inquérito, não tinha acesso aos documentos, não conhecia a acusação, testemunhas eram intimidadas, prazos eram desrespeitados, decisões eram rasgadas e descumpridas etc. etc. etc.

Recentemente organizei um livro, com o apoio desta Casa, intitulado CORAGEM – A ADVOCACIA CRIMINAL NOS ANOS DE CHUMBO, com contribuição de 86 dos maiores advogados criminalistas do país que descrevem suas experiências. São narrativas oportunas para valorizar as garantias individuais, inclusive, as procedimentais. Nada mais oportuno.

Ainda hoje, a OAB reage a atitudes abusivas e descabidas de autoridades do Estado em procedimentos investigatórios.

Lutamos muito para superar tudo isso e ver restabelecida a democracia, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Lutamos muito lá, outrora, e não podemos nos deixar vencer aqui, hoje.

Os fins não podem justificar os meios!



Estou provento o recurso em questão para determinar o retorno dos autos ao Conselho de Ética para que seja refeita a instrução, com oitiva de testemunhas de acusação ouvidas antes das vistas e cópias dos documentos remetidos pelo STF, conforme decidido por essa Corte, e testemunhas de defesa reiteradas pelo representado e que deixaram de ser ouvidas, juntada de documentos, inclusive oitiva do depoimento pessoal do representado, a substituição de membros efetivos e suplentes do Conselho respeitado o Código de Ética e o Regimento Interno, para garantir o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e o juiz natural. Com certeza, tomada essa decisão pela CCJ fará jurisprudência para procedimentos de qualquer representação contra qualquer parlamentar que venha a tramitar perante o Conselho de Ética, para que não se abra precedente aos procedimentos futuros contra qualquer um, evitando julgamentos discricionários, de exceção e arbitrários, para que reforce os valores da cidadania brasileira.

Expresso meu voto pelas razões, no caso concreto, que exponho a seguir:

DO PRAZO PARA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar prevê o prazo de 40 (quarenta) dias úteis para a instrução processual.

Todos os códigos de processo deste país estipulam prazos para as instruções e conclusão do processo, para que os mesmos tenham uma duração razoavelmente aceitável, não podendo se alongar demais, tampouco se transformar em um procedimento inquisitório.

Entre o conflito de normas que garantem os direitos individuais e a celeridade processual, tanto a doutrina como jurisprudência já firmaram posição de que deve prevalecer sempre as garantias de defesa do cidadão.

Logo, privilegiar o prazo de 40 (quarenta) dias, como algo que devesse suplantar a própria garantia constitucional, é algo desprovido de base constitucional, data vênha de quem possa entender o contrário.



Tanto isso é verdade que um processo judicial, por mais rápido que seja, nunca consegue cumprir a norma que estabelece os prazos, teoricamente peremptórios, mas que, na prática, se aplica de acordo com a experiência social.

O Direito deve ser visto na perspectiva da Sociedade em movimento. Assim, a letra fria da norma abstrata que estatui prazos deve ser vista como uma bússola, um norte a se seguir, mas jamais como algo a se sobrepor às próprias garantias individuais do cidadão que responde a um processo administrativo ou judicial.

Isto fica demonstrado no dia a dia dos milhões de processos administrativos e judiciais deste país, e ficou mais do que comprovado quando do julgamento do último deputado que recebeu uma sanção nesta Casa.

O Deputado Carlos Alberto Leiréia (PSDB-GO), no dia 23/04/2014, foi apenado com suspensão de 90 dias, também em processo rumoroso. Mas, o que importa na fundamentação do meu voto, é que o Deputado Leiréia teve contra si uma representação formulada em 19/12/2012 e, como já afirmado, só foi julgado pelo Plenário em 23/04/2014.

A duração do processo, portanto, foi de um ano e quatro meses, demonstrando-se no referido precedente, julgado no primeiro semestre deste ano de 2014 pelo Plenário desta Casa, de que, o principal é a busca da verdade real, com as garantias dos procedimentos, garantia dos direitos do representado, ainda que estes colidam com prazos.

Prazos se elatecem, se amoldam, já direitos não se restringem.

Antes um processo um pouco mais longo e justo, do que um processo açodado e absolutamente injusto, desrespeitando as garantias constitucionais.

O recorrente foi, sem dúvida alguma, atingido pela violação aos seus direitos em nome de uma injustificável e absurda inflexibilidade em relação aos prazos e é só verificar os debates para ter acesso aos documentos, para inquirição de testemunhas, para a oitivas do representado. O açodamento buscou dar resposta à mídia, buscou interesses diferentes da busca da verdade real.

Privilegiou-se prazos em detrimento de garantias constitucionais.



2. DA ILICITUDE DA PROVA TESTEMUNHAL

Colhe-se dos autos que esta representação foi proposta com base em algumas matérias de jornais, que noticiavam trechos que supostamente teriam vazado da Operação Lava Jato, que se reportavam ao Deputado André Vargas.

Por este motivo, o Conselho de Ética e o Deputado investigado pediram que o Supremo Tribunal Federal disponibilizasse cópias dos documentos que envolvessem esta operação, em especial àqueles que se reportassem ao Deputado, a fim de que tivessem conhecimento do real conteúdo da acusação.

No dia 1º de julho de 2014, data da audiência da primeira testemunha do Relator da Representação, Deputado Cândido Vaccarezza, o Conselho de Ética recebeu as mencionadas cópias do STF. No entanto, a defesa do Deputado André Vargas só teve acesso aos documentos depois que o Presidente do Supremo concedeu medida liminar assegurando esse direito, o que ocorreu no dia 25/07/2014.

Por isso o recorrente alega a nulidade das oitivas das testemunhas que foram ouvidas antes da concessão de vista dos documentos enviados pelo STF, ou seja, antes de que a defesa tivesse acesso a esses documentos.

Segundo o Relator do recurso, na data do primeiro depoimento, dia 1º de julho de 2014, *“com a chegada dos documentos encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal, consistentes nas cópias sigilosas da Reclamação nº 17.623 e da Petição nº 5170, **ocorreu a imediata determinação de disponibilizar o acesso à toda documentação para consulta** em sala reservada para tanto, inclusive para o representado e seus patronos”*.

E prossegue, afirmando:

*“Estando designada a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, iniciou-se a tomada dos depoimentos das testemunhas arroladas no processo, primeiro do Deputado Cândido Vaccarezza, **notadamente por ausência de qualquer impugnação do Representado e seus advogados**, fato esse*



constante do relatório, fls. 280, Volume V, da Representação e não negado nas razões recursais, portanto incontroverso.

A esse depoimento seguiram os das demais testemunhas que se dispuseram a depor, haja vista que várias não foram ouvidas porque apresentaram motivos e razões acolhidas pela defesa.”

Com a devida vênia do Relator, não é isso que se depreende dos autos!

No início da sessão do dia 1º de julho, o Presidente do Conselho informou aos presentes que foram recebidos os documentos do STF.

Consta nas notas taquigráficas dessa sessão sua fala: “Dado o segredo de Justiça, esclareço que a documentação estará disponível na sala do Conselho de Ética somente para consulta dos Deputados e do advogado de defesa”.

Ao contrário do que afirmou o Relator do recurso, a defesa do ora recorrente, requereu, SIM, nesse exato momento o adiamento dos depoimentos para que pudesse analisar as cópias recebidas e, depois, formular as perguntas às testemunhas. Conforme se percebe das notas taquigráficas, assim que lhe foi dada a palavra, o Dr. José Roberto Batochio – diga-se de passagem um dos criadores do Conselho de Ética desta Casa, quando aqui foi deputado – e um dos advogados de defesa, suscitou questão de ordem para que tivesse acesso aos documentos recebidos naquela data, antes do início da inquirição da testemunha.

Entretanto, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar indeferiu o pedido e determinou o prosseguimento daquela sessão, independente do anterior acesso aos autos por parte da defesa.

Veja-se que quando a sessão se encaminhava para o término, aquele mesmo advogado de defesa perguntou “*se haveria a possibilidade de, pelo menos, se conceder um prazo maior para que a defesa possa tomar conhecimento e, então, participar da inquirição das testemunhas da Labogen*”. Eis a resposta do Relator da Representação, Deputado Julio Delgado, que não autorizou a retirada dos autos para cópia: “Talvez não seja necessário ler essas 4 mil páginas”.

No dia seguinte, dia 2 de julho, houve nova sessão para oitiva de duas testemunhas de acusação (empresários da Labogen). Na oportunidade, a defesa



reiterou o pedido de obtenção de vistas e cópias dos autos, o que foi novamente indeferido. Argumentou o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que os documentos estavam protegidos por “segredo de justiça” e que o fornecimento das cópias dependeria da autorização de quem os forneceu. Mais uma vez a sessão prosseguiu, sem que os advogados de defesa tivessem acesso aos documentos.

Nota-se da simples leitura das notas taquigráficas das sessões em que foram realizadas as oitivas das testemunhas, que não é verdade o que disse o Relator do recurso aqui na CCJ, pois em todos os momentos a defesa impugnou essas oitivas, argumentando a impossibilidade de acesso aos autos, o que foi reiterado nas razões recursais.

E mais, a defesa registrou nas audiências que não tinha como realizar perguntas às testemunhas, sem que antes tivesse acesso aos autos, ou seja, sem que conhecesse o real conteúdo da acusação.

Observe-se que no dia 2 de julho, afirmou outro advogado do recorrente, Dr. Michel Saliba: “[...] o *Relator formulou perguntas à testemunha que a defesa, pelo conteúdo dos autos da representação, não tem como aferir, por exemplo: quem é PP ou outras perguntas que, efetivamente, aqui nos autos, não dizem respeito, não há nada no teor da acusação. Se nós não podemos depreender pelo conteúdo da acusação e pelo conteúdo dos documentos que estão aqui nos autos, fora esses documentos do Supremo, dos quais nós não tivemos o direito a uma vista permeada pelos princípios constitucionais, nós ficamos, realmente, manietados e obstruídos de formular as perguntas necessárias*”.

Por outro lado, pela leitura das notas taquigráficas que estão nos autos, percebe-se que as perguntas feitas pelos Deputados giravam em torno do que constava nesses documentos recebidos do Supremo. Ou seja, esses Deputados que fizeram perguntas as testemunhas conseguiram acesso aos documentos da forma como lhe interessava. Os advogados do recorrente, como comprovado nos autos, não tiveram a mesma sorte.

Por exemplo, na audiência do dia 2 de julho, o Deputado Izalci, que fez perguntas sobre os documentos do STF, disse: “*Eu quero dizer que nós do*



Conselho...Eu particularmente fiquei aqui até 11 horas da noite e depois fiquei até 3 horas da manhã lendo esse material, ajeitando aquilo que pesquisei.”

O Deputado Marcos Rogério, que disse na audiência do dia 2 de julho ter tido acesso aos autos na tarde anterior, reconheceu que: *“Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ontem ter acesso aos documentos que vieram do Supremo Tribunal Federal. **Obviamente que é impossível em apenas uma tarde ler todo o conjunto de documentos e de informações que estão ali presentes, porque é um volume bastante extenso, grande, com muitas informações,** mas eu gostaria de fazer algumas perguntas”.*

Ocorre que a defesa nem poderia ter consultado o processo na tarde do dia 1º de julho, pois estava acompanhando a oitiva da testemunha Cândido Vacarezza, muito menos seria razoável que tivesse passado a madrugada estudando esses documentos para sobre eles fazer perguntas na manhã seguinte, mormente se levarmos em consideração que o direito dos advogados não pode ser mitigado ao bel prazer dos fins a que a Relatoria e a Presidência do Conselho de Ética imaginam. Garantia é garantia, e a nossa democracia está calcada nisso.

Isso tudo é comprovado pela fala do Deputado Julio Delgado, registrada nas notas taquigráficas: *“Eu vou ler um trecho do depoimento da Justiça Federal que adquirir ontem. Se o digníssimo Dr. Saliba não teve conhecimento, eu tive ontem, eu quero que V. Sa. só me responda a respeito”.*

Sempre cumprindo o seu papel, a defesa registrou o seu inconformismo nas palavras do Dr. Michel Saliba: *“[...] reitero os termos que argumentei quando da oitiva do Sr. Leonardo Meirelles, o que ficou evidenciado quando da oitiva do mesmo, porque as perguntas, na sua quase totalidade, foram feitas baseadas em trechos que não estão no conteúdo dos autos. São trechos que, apesar de disponíveis à defesa, estão disponíveis nos termos formulados – sem base empírica ou legal para tal – por parte da nobre Presidência do Conselho de Ética, que quer que nós façamos, de modo açodado, o acesso a 4 mil páginas.”*

Como se percebe, em todos os momentos a defesa manifestou-se contra a realização dos depoimentos antes de que tivesse acesso, nos termos e prazos que a lei lhe garante, aos documentos do STF, de modo que, com todo o respeito, os



argumentos trazidos no voto do Nobre Deputado Relator nesta CCJ não traduzem a realidade dos autos. Salta aos olhos o evidente cerceamento de defesa!

Além disso, também não é verdade que houve a imediata disponibilização dos documentos. Os documentos só foram disponibilizados à defesa após o deferimento de liminar pelo e. Ministro Ricardo Lewandowski no MS nº 33088, que reconheceu a violação ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, determinou que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar concedesse vistas dos autos ao Representado e lhe assegurou a possibilidade de se manifestar por escrito sobre esses documentos.

Tivesse correto o procedimento adotado pelo Conselho de Ética, não haveria porque o Presidente do Supremo Tribunal Federal deferir parcialmente o pedido do representado. Note-se que a liminar só não deferiu a suspensão do processo, mas garantiu que o Conselho de Ética observasse as garantias do deputado acusado, de modo amplo, sem amarras e manobras que fazem da ampla defesa um princípio de faz de conta.

Pois bem, sobre essa medida liminar, disse em seu voto o Relator do recurso aqui nesta CCJ que: *“Essa questão inclusive foi levada ao decidir do Supremo Tribunal Federal, tendo, o Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, o Ministro RICARSO LEWANDOWSKI, apreciado a questão em sede liminar no Mandado de Segurança nº 33088 MC, acabando por deferir o pedido ‘apenas para que seja respeitado o prazo de 5 dias úteis, estipulado pelo Presidente do Conselho de Ética, objetivando a apresentação de defesa escrita’, aliás, o que já havia sido garantido ao Recorrente”*.

Também afirmou o voto do Relator que *“ao apreciar o pleito judicial no ponto em que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro parlamentar determinou a oitiva do Recorrente antes de examinar os documentos, não as testemunhas, mas o próprio Representado, decidiu expressamente que não havia qualquer violação à Constituição Federal. [...] E como consignado, a liminar foi deferida apenas com relação ao prazo para manifestação escrita, sendo indeferido o pedido de suspensão do curso da Representação que ensejaria a oitiva do recorrente após se manifestar sobre os documentos.”*



Ainda em referência ao conteúdo da decisão judicial, afirmou o voto do Relator do recurso: *“Assim, resta claro que não houve violação a qualquer princípio constitucional, inclusive os da ampla defesa e do devido processo legal, como já afirmado pelo Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 33088, e na Medida Cautelar a ele Incidental, e também as Leis, ao Regimento Interno, ao CEDP, e ao seu Regulamento.”*

Contudo, compulsando os autos, verifiquei que o Relator, Deputado Sérgio Zveiter, mais uma vez, está absolutamente equivocado em relação ao exame das decisões proferidas pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Explico.

O mandado de segurança apresentado pela defesa do Deputado André Vargas sustentou a violação ao contraditório e à ampla defesa, requerendo, ao final, a concessão de vista dos autos, suspensão do processo e abertura de prazo para manifestação por escrito.

No dia 24 de julho, o Ministro Ricardo Lewandowski, indeferiu o pedido de suspensão do feito, mas concedeu medida liminar – em decisão que reconheceu expressamente o cerceamento de defesa – para assegurar vistas dos autos e a abertura de prazo para a defesa apresentar manifestação por escrito sobre os documentos do STF, em respeito ao inciso LV do artigo 5º e §º do artigo 55 da Carta Magna e ao enunciado da Súmula Vinculante nº 14, que tinham sido afrontados pelo Conselho de Ética.

Ou seja, ao contrário do que disse o Relator do recurso nesta CCJ, o **Ministro Presidente do STF reconheceu de maneira clara, expressa e inequívoca que o Conselho de Ética ofendeu o devido processo legal, contraditório e ampla defesa.**

A decisão do Presidente do Supremo em nenhum momento validou os atos praticados antes do acesso aos autos, mas cuidou de garantir esse acesso. Para entender o seu exato alcance, é imprescindível ler todo o seu conteúdo e não apenas trechos fragmentados dele como pretendeu o Relator. Vejamos:

Decido o pedido liminar. A Constituição de 1988, no título dos direitos e garantias fundamentais, estabeleceu que “aos litigantes, em processo



judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, LV). Com maior especificidade, o § 2º do art. 55 da Carta Magna assegura “ampla defesa” nos procedimentos de perda de mandato parlamentar instaurados no âmbito do Congresso Nacional. A propósito, o próprio Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, prevê que “ao Representado é assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os seus termos e atos, pessoalmente ou por intermédio de procurador” (art. 10). Para dar efetividade ao referido comando constitucional, a Lei Federal 8.906, de 4 de julho de 1994, denominada Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil fixou as prerrogativas da advocacia, com reflexos diretos no due process of law:

“Art. 7º. São direitos do advogado: (...) XIII – examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.

(...) XIV – examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos” (grifei). Sobre as prerrogativas da advocacia, o direito de defesa e o sigilo de processos tive a oportunidade de assentar que “o acesso aos autos de ações penais ou inquéritos policiais, ainda que classificados como sigilosos, por meio de seus defensores, configura direito dos investigados”, em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERAÇÃO. POSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. CARACTERIZAÇÃO. ACESSO DOS ACUSADOS A PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO SIGILOSO. POSSIBILIDADE SOB PENA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA. PRERROGATIVA PROFISSIONAL DOS ADVOGADOS. ART. 7, XIV, DA LEI 8.906/94.



ORDEM CONCEDIDA. I - O acesso aos autos de ações penais ou inquéritos policiais, ainda que classificados como sigilosos, por meio de seus defensores, configura direito dos investigados. II - A oponibilidade do sigilo ao defensor constituído tornaria sem efeito a garantia do indiciado, abrigada no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, que lhe assegura a assistência técnica do advogado. III - Ademais, o art. 7º, XIV, do Estatuto da OAB estabelece que o advogado tem, dentre outros, o direito de ‘examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos’. IV - Caracterizada, no caso, a flagrante ilegalidade, que autoriza a superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. V - Ordem concedida” (HC 94387/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). Ainda nesse sentido, a remansosa orientação jurisprudencial desta Suprema Corte: “A Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outro órgão do Estado, não pode, sob pena de grave transgressão à Constituição e às leis da República, impedir, dificultar ou frustrar o exercício, pelo Advogado, das prerrogativas de ordem profissional que lhe foram outorgadas pela Lei nº 8.906/94. O desrespeito às prerrogativas – que asseguram, ao Advogado, o exercício livre e independente de sua atividade profissional – constitui inaceitável ofensa ao estatuto jurídico da Advocacia, pois representa, na perspectiva de nosso sistema normativo, um ato de inadmissível afronta ao próprio texto constitucional e ao regime das liberdades públicas nele consagrado. Medida liminar deferida” (MS 23.576/DF, Rel. Min. Celso de Mello). “(...) O sistema normativo brasileiro assegura ao Advogado regularmente constituído pelo indiciado (ou por aquele submetido a atos de persecução estatal) o direito de pleno acesso aos autos de persecução penal, mesmo que sujeita, em juízo ou fora dele, a regime de sigilo (necessariamente excepcional), limitando-se, no entanto, tal prerrogativa jurídica, às provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, conseqüentemente, as informações e providências investigatórias ainda



em curso de execução e, por isso mesmo, não documentadas no próprio inquérito ou processo judicial. Precedentes. Doutrina” (HC 93767/DF, Rel. Min. Celso de Mello). Por fim, a Súmula Vinculante 14 desta Suprema Corte é clara ao assegurar que “é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa” (grifei). Plausível, pois, a alegação dos impetrantes no tocante ao cerceamento de defesa, estando evidenciados, nesse ponto, a fumaça do bom direito e o perigo na demora ensejadores do deferimento da medida cautelar. Já quanto ao pedido de paralisação do procedimento disciplinar, entendo que os mencionados requisitos não se revelam de plano, ao menos nessa análise perfunctória dos autos, própria deste momento processual. Ante o exposto, defiro em parte o pedido de medida liminar para assegurar tão somente aos advogados, ora impetrantes, a imediata vista e extração de cópia dos autos da Representação 25/2014 e seus apensos, especialmente daqueles documentos juntados ao processo posteriormente à apresentação da defesa escrita, com abertura de prazo para manifestação. Indefiro, por fim, o pedido de imediata suspensão do trâmite da representação disciplinar em tela.

Logo, mesmo sem acolher o pleito de suspensão da Representação, o Eminentíssimo Ministro colocou as balizas que deveriam ser respeitadas, sob pena de afronta ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, e, mesmo assim, não foram observadas pelo Conselho de Ética.

Desse modo, equivocou-se o Relator quando afirma que o Ministro Presidente do Supremo teria considerado que não haveria qualquer violação à Constituição Federal na realização dessas oitivas e também do interrogatório do recorrente antes do acesso aos autos.

No dia seguinte ao deferimento da liminar, o Relator da Representação no Conselho de Ética, Deputado Julio Delgado, concedeu vista dos autos e abriu prazo



para manifestação da defesa por escrito por cinco dias. Tal prazo terminaria no dia 1º de agosto e mesmo assim esse Relator determinou que a instrução continuasse no curso do prazo, designando o interrogatório do recorrente para o dia 29 de julho.

No dia em que estava marcado o interrogatório, não compareceu o recorrente à sessão, pois se sentiu cerceado mais uma vez, já que ainda estava em curso o prazo que o Supremo Tribunal Federal lhe garantiu para que tivesse acesso aos autos.

Por isso e porque tinha ele completo interesse em ser ouvido, o recorrente peticionou no MS nº 33088, noticiando o desrespeito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa e pediu que fosse paralisado o processo ou fosse suspensa a audiência do interrogatório.

No final do dia 29 de julho, quando examinou tal petição, o Ministro Ricardo Lewandowski julgou prejudicado o pedido de suspensão da audiência, pois a data e horário do interrogatório já teria se verificado.

Todavia, assegurou expressamente que isto ofenderia o devido processo legal, contraditório e ampla defesa, determinando que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar respeitasse o prazo da manifestação, **sem que fosse praticado qualquer ato instrutório nesse período, sob pena de NULIDADE**. Vale a pena conferir essa segunda decisão para evitar qualquer equívoco de interpretação:

*Decido o pedido liminar. Preliminarmente, conheço da Petição 32609/2014 como pedido incidental formulado nos autos deste mandado de segurança. Com efeito, em 24/7/2014, indeferi pedido de paralisação do trâmite da Representação 25/2014 no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, instaurada contra o Deputado Federal ANDRÉ VARGAS. **Todavia, deferi em parte, na mesma decisão, cautelar para assegurar aos advogados do parlamentar representado, a integral vista dos autos e extração de cópia dos documentos que compõem o processo disciplinar e seus apensos, especialmente daquelas peças juntadas posteriormente à apresentação da defesa escrita, com abertura de prazo para manifestação.** Ao examinar os documentos encartados nesta petição, verifico que, após ser intimado da*



decisão da decisão que proferi em 24/7/2014, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Deputado Federal RICARDO IZAR, concedeu, em 25/7/2014, o prazo de “cinco dias úteis para manifestação” dos advogados de defesa sobre as cópias a ela encaminhadas da representação disciplinar (Ofício 94/14 – CEDPA/S – doc. 25). **Não obstante, o prazo assinalado de 5 dias úteis, que terminaria na próxima sexta-feira, 1º/8/2014, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ouvir o parlamentar representado, antes mesmo do esgotamento daquele prazo, - insista-se, por ele próprio estabelecido - para manifestação escrita sobre os documentos que serviram de base para a inquirição do interrogado, em clara afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.** Tal incoerência, todavia, embora impressione, não justifica, a meu ver, o deferimento de medida liminar para paralisar o andamento da representação em curso. **É suficiente, contudo, para assegurar ao representado o respeito ao devido processo legal, o qual, desde a Magna Carta de 1215, se faz presente nos países civilizados, dentre eles o Brasil, assim positivado na Constituição de 1988: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, LV).** Ante o exposto, indefiro o pedido de medida liminar que busca paralisação da Representação 25/2014 contra o Deputado Federal ANDRÉ VARGAS. Quanto ao pedido de suspensão da reunião do Conselho de Ética, marcada para o dia de hoje, 29/7/2014, às 14 horas, registro que o pleito liminar se encontra parcialmente prejudicado, porquanto protocolado na undécima hora, a saber, às 18h14m de ontem, 28/7/2014, isto é, menos de 24 horas de antecedência do ato que se buscava suspender. Entretanto, **para evitar novas ilegalidades**, e com o escopo de preservar a higidez do procedimento aqui impugnado, defiro em parte o pedido, apenas para que seja respeitado o prazo de 5 dias úteis, estipulado pelo Presidente do Conselho de Ética, objetivando a apresentação da defesa escrita, **sob pena de nulidade dos atos subsequentes.**



Basta proceder a leitura das duas decisões para verificar que, ao contrário do que disse o Relator do recurso aqui na CCJ, o Presidente do STF deixou explícito que a postura do Conselho de Ética revelava **clara afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa**

Mesmo assim, o Relator da representação no Conselho, Deputado Julio Delgado, deu por encerrada a instrução no dia 29 de julho, antes da apresentação da manifestação da defesa sobre os documentos, que, frise-se por ser extremamente absurdo, jamais foi analisada por aquele Conselho!

Por outro lado, é também verdade que o Ministro não determinou que as oitivas das testemunhas fossem renovadas, até porque, repito, isto não foi objeto do pedido do mandado de segurança. **Mas, no meu entender, é deveras preocupante para o Parlamento que precisemos que uma decisão do Supremo seja prolatada para respeitarmos os princípios mais básicos da nossa Constituição Federal, redigida e promulgada neste Congresso Nacional.**

Por fim, quanto ao tema das nulidades das testemunhas ouvidas antes da concessão de vista dos autos à defesa, conclui o Relator Deputado Sérgio Zweiter:

“Portanto, tanto a anterior oitiva das testemunhas não implicou em cerceamento ao direito de defesa, nem tampouco trouxe qualquer prejuízo para o Recorrente.”

Mais uma vez, se engana o nobre Deputado Relator.

A oitiva dessas testemunhas aconteceu sem que o Deputado André Vargas soubesse, ao certo, quais fatos lhe foram imputados.

Aliás, da leitura das notas taquigráficas, observei que em vários momentos das audiências, foram realizadas manifestações por Deputados de que seria possível a renovação da oitiva das testemunhas.

Disse o Deputado José Carlos Araújo: “se a defesa quiser e se achar necessário, é só requerer uma nova oitiva do Deputado Vaccarezza, que fará uma oitiva mais curta, porque essa parte já foi vencida, já foi respondida, e fará somente da parte do processo que veio do Supremo Tribunal”.



E o Deputado Izalci: *“Primeiro, como o Deputado Vaccarezza veio aqui para contribuir com as informações, eu acho que nada impede de ouvi-lo. Se lá na frente houver necessidade novamente de convidá-lo, nós o convidaremos.”*

O pedido de renovação da oitiva das testemunhas foi, inclusive, realizado na manifestação por escrito, apresentada no dia 1º de agosto, que simplesmente foi ignorada pelo Conselho de Ética, como se letra morta tivesse sido as decisões do Ministro Presidente do STF.

Para o Relator deste recurso aqui na CCJ, *“a função da testemunha é a de depor sob fatos que conhecem, não sendo essencial o conhecimento de todos os fatos para que se a indague, até porque muitas provas são e foram produzidas ao depois”*.

Primeiro, é de suma importância que se esclareça que nenhuma outra prova foi produzida depois, **até porque o Conselho de Ética deu por encerrada a instrução antes mesmo do término do prazo da manifestação da defesa sobre os documentos do STF.**

Segundo, com todas as vênias, **é claro que as testemunhas foram arroladas para elucidar a instrução e, por isto, todos os envolvidos precisariam conhecer a documentação que perfaz o arcabouço acusatório.**

Reitero que a Representação foi proposta apenas com base em matérias de jornais e que na inicial da Representação pediu-se que fossem enviados os documentos do STF para compor a acusação. Assim, esses documentos constituem a base de toda a acusação. Assim, sobre o teor dessas investigações, ou seja, do conteúdo dos documentos enviados pelo c. STF, é que se deu o curso das oitivas.

Penso, portanto, a instrução sequer poderia ter se iniciado sem a documentação requerida pela própria inicial da representação para compor o substrato acusatório.

Como a instrução prosseguiu, sem que a defesa soubesse o conteúdo da acusação, concluo pela nulidade de todos os depoimentos das testemunhas, que foram ouvidas antes da disponibilização dos autos.



3. DA ILEGALIDADE DO INDEFERIMENTO DE TESTEMUNHAS

O Relator do recurso menciona em seu voto o §4º do inciso IV do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, em que se afirma que “o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias”.

Entendeu o Relator, Deputado Sérgio Zweiter: “Portanto, se o Relator Deputado Júlio Delgado entendeu que já havia prova suficiente para o seu convencimento sobre o tema da representação ou, mesmo, se os depoimentos não eram indispensáveis a seu deslinde, podia dispensá-los, sem com isso ferir qualquer princípio constitucional, legal, regimental, aos do Código e seu Regulamento. Aliás, na instrução do processo de representação, como consta do relatório, fls. 280/283, teve o relator atenção, zelo, cuidado, insistência e paciência na colheita da prova testemunhal, com inúmeros adiamentos e remarcações para atingir o objetivo de ouvir o maior número de depoentes, mesmo diante do declínio e recusa de desistência de várias”.

Antes de examinar esse ponto, convém destacar que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não tem poder de investigação, não tem poder de polícia. Assim, o Conselho de Ética também não tem o poder de convocar testemunhas, que ficam livres para recusar o comparecimento ou para marcar o melhor dia conforme sua própria agenda.

Sobre o tema, destaco importante precedente do próprio Conselho e Ética e Decoro Parlamentar na Representação 14/2007, em que era representado o Dep. Paulo Magalhães. Segundo o voto do Relator Dep. Moreira Mendes:

“Necessário, contudo, assinalar que a finalidade do Processo Ético não é a de realizar investigação, no sentido pleno dessa palavra, até mesmo porque o Conselho de Ética não tem poderes de juiz, como os que detém uma CPI. Aqui cabe, em face de fato conhecido e provado, julgar o parlamentar que tenha incidido em conduta violadora do decoro parlamentar. Assim, entendo que em casos cujos fatos ainda estão em apuração em outra esfera (Polícia Federal, Poder Judiciário) não é possível, tão somente pela existência de conjecturas, a instauração de processo ético. Antes, é imprescindível que os



fatos tenham sido apurados ou, pelo menos, que haja prova consistentes da prática ilícita.”

Como se nota, falta poderes ao Conselho de Ética e Decoro para investigar o fato em si, razão pela qual, a rigor, lhe caberia apenas deliberar se um fato comprovado por prova robusta, apurado em investigação realizada com respeito ao devido processo legal, pela autoridade competente, representa ou não quebra de decoro.

No caso dos autos, o Conselho de Ética não quis aguardar o desfecho da investigação pela autoridade competente, que, no caso, é o Supremo Tribunal Federal e que, até hoje sequer foi convolada em inquérito. Quis o Conselho fazer a sua própria investigação, mesmo sem ter os poderes necessários à busca da verdade real, ainda que no início o representado tenha insistido, sobremaneira, para que a Corregedoria da Câmara realizasse a investigação prévia com calma, já que não sujeita aos inquisitórios prazos do Conselho de Ética.

Assim, a produção da prova testemunhal contou com a oitiva de 4 testemunhas de acusação, Deputado Cândido Vacarezza, o Sr. Leonardo Meirelles, o Sr. Esdra Ferreira, o Sr. Bernardo Tosto; e somente com **2 testemunhas de defesa**: o Cap. De Fragata da Marinha Paulo Ricardo de Souza e Souza e Carlos Alberto Gebrim Brito, Prefeito de Apucarana.

As demais testemunhas de defesa foram indevidamente dispensadas.

Repito mais uma vez, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não tem o poder de convocação, podendo apenas convidar as testemunhas, que atendem ao convite de acordo com a sua agenda e podem até mesmo recusar o convite, todavia, estipula prazo fatal de 40 dias úteis para o encerramento da instrução. Algo paradoxal, que deve ser ajustado aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, racionalizando-se a aplicação do prazo pela ausência de poder cogente pelo Conselho.

A verdade é que algumas testemunhas de defesa recusaram o convite, enquanto duas testemunhas se propuseram a comparecer no Conselho no dia 6 de agosto, mas essas foram dispensadas por entender o Relator Deputado Julio Delgado



que se tratava de manobra protelatória da defesa e que o tal prazo de 40 (quarenta) dias úteis já estaria encerrado, o que não era verdade.

No meu sentir, a dificuldade de levar testemunhas, sem que as mesmas sejam convocadas, ainda mais no período eleitoral, não pode simplesmente ser repassada ao investigado, sendo que esse é sempre o maior interessado em comprovar a insubsistência da acusação.

É por isso que, renovando as vênias, divirjo do entendimento do Relator deste recurso, pois tenho que foi indevida a exclusão dessas testemunhas, e que isto levou à quebra de igualdade, uma vez que foram ouvidas mais testemunhas de acusação do que de defesa.

4. ILEGALIDADE DO INDEFERIMENTO DO DEPOIMENTO PESSOAL DO ACUSADO

Consta no voto do Relator do recurso aqui examinado, que o Deputado recorrente teria negado o seu comparecimento às várias sessões oportunizadas para tanto. Afirmou, que:

“Contudo, preferiu o Recorrente recorrer ao Supremo Tribunal Federal objetivando a paralização do processo disciplinar, o que, como dito, foi indeferido pelo Presidente em Exercício, o hoje Presidente Ricardo Lewandowski.

Além disso, a própria defesa do Recorrente protocolou petição dizendo que a realização da reunião do Conselho do dia 29 de julho de 2014, inclusive para oitiva do Representado, feria a decisão judicial acima transcrita, o que de fato não ocorreu e não reflete o seu teor, pois foi expressa em consignar que a oitiva do Representado antes de conhecer dos documentos impressionava, mas não eivava de nulidade.

Ora, conforme se verifica dos autos da Representação foram disponibilizados os dias 25, 28 e 29 de julho de 2014, sendo que



expressamente se recusou, fls. 08 do Volume V, fato que motivou decisão do Relator encerrar a instrução.

Mais, durante a reunião para leitura do Relatório, na qual esteve presente e se manifestou diversas vezes ao Recorrente, foi oportunizado, novamente, prestasse o seu depoimento pessoal, porém o ali representado não quis prestar e esquivou-se sempre, deixando mesmo de exercer o direito que agora postula reconhecido cerceado.

Além disso, não há que se falar em derradeira oportunidade de defesa, pois o artigo 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar faculta ao representado a sua defesa através de advogado ou por parlamentar que indicar pessoalmente, mas não cumulativamente.”

Com todo o respeito, também isso não é verdade!

Vejam que em seu voto, o Relator insiste na possibilidade de que o recorrente poderia ter sido ouvido nos dias 25, 28 e 29 de julho.

Entretanto, **o recorrente não poderia ter sido interrogado durante o prazo que foi concedido pelo Presidente do Conselho para obtenção de vistas dos documentos do STF**, porque seriam realizadas perguntas baseadas nesses documentos.

Mas, **ao contrário do que diz o voto apresentado pelo Relator do recurso em julgamento, o Ministro Presidente do STF afirmou textualmente em sua segunda decisão que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar “decidiu ouvir o parlamentar representado, antes mesmo do esgotamento do prazo, - insista-se, por ele próprio estabelecido - para manifestação escrita sobre os documentos que serviram de base para a inquirição do interrogatório, em clara afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa”.**

E ao final, esta mesma decisão garantiu o respeito ao prazo de cinco dias concedido para a defesa tomar conhecimento dos documentos, sem que nenhum ato fosse realizado, **“sob pena de nulidade dos atos subsequentes”.**

Ou seja, equivoca-se o Nobre Relator, Deputado Sérgio Zweiter quando tenta fazer crer que o Ministro Ricardo Lewandowski teria se limitado a afirmar que as



alegações da defesa impressionavam, mas não geravam qualquer ilicitude. Não é verdade, conforme se verifica exatamente do texto extraído da decisão acima transcrita.

Consultando a manifestação escrita apresentada pelo recorrente, que afirmo ter sido ignorada pelo Conselho de Ética, verifiquei que o recorrente se colocou à disposição para falar em outra data. Mesmo assim, a instrução foi encerrada.

Aliás, na reunião do dia 5 – marcada para leitura do parecer final – o Deputado André Vargas compareceu ao Conselho de Ética e protestou contra a violação do seu direito de defesa. Na oportunidade, informou que suas testemunhas estavam na Câmara e poderiam ser ouvidas naquela data. Mesmo assim, o Conselho negou a oitiva das testemunhas, possibilitando apenas o interrogatório do recorrente naquele momento. Entretanto, o recorrente insistiu na oitiva das testemunhas e pediu que pudesse ser ouvido no dia seguinte, apenas para que se preparasse adequadamente. Mesmo assim, seu pedido foi indeferido.

Por mais esse fundamento, discordo do que disse o voto do Relator, quando afirmou que o recorrente não quis prestar seu interrogatório. Não é verdade que ele não quis, apenas não pôde prestar o seu depoimento pessoal com todas as garantias que lhe deveria ser assegurado.

Assim, percebe-se que o interrogatório foi impossibilitado pelo Conselho de Ética e não pelo ora recorrente.

5. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

Segundo o voto do Relator do recurso, não houve substituição dos Conselheiros, mas nomeação em razão de vacância no meio do julgamento, que seria legítima, mesmo em se tratando de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Transcrevo trecho do voto:

“Isso porque, não houve substituição dos Conselheiros, mas nomeação em razão da vacância, pelos seus partidos, até porque tanto é vedado pelo §1º do art. 7º do Código de Ética e Decoro Parlamentar.



[...]

Tal procedimento, como sabido, é amparado pelo Regimento Interno da Casa, que, em seu artigo 10, inciso VI, dispõe que cabe ao Líder, dentre outras atribuições regimentais, a seguinte prerrogativa ‘indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.

*O que houve, pois, foi a nomeação em razão de vacância do cargo de Conselheiros e nomeação de outros Deputados para ocuparem as vagas abertas, como dito, com a participação dos Deputados Rubem Bueno e Pastor Eurico, e **o fato deles terem participado da reunião não é motivo para se declarar a nulidade do julgamento, pois estavam no exercício regular do mandato parlamentar**, não bastando a falta de publicação do ato de suas nomeações para invalidar a regular nomeação.*

*E, nomeados que foram, para o Conselho de Ética já estavam investidos no cargo de Conselheiros e aptos a votar de pronto, **se achavam aptos e preparados para tanto**, condição a ser considerada segundo suas consciências, pois dentro do maior grau de subjetividade.*

*Por isso, não há falar em violação ao princípio do juiz natural, até porque **o único Conselheiro submetido ao rigor do Princípio do Juiz Natural era o Deputado Relator**, pois no caso de não mais integrar o Conselho, haveria de outro assumir a Relatoria e, aí sim, com a concessão de tempo hábil para elaboração ou eventual ratificação do relatório, o que não ocorreu.”*

O parecer final na representação foi lido no Conselho de Ética no dia 5 de agosto, seguido de pedido de vista. No dia 20 de agosto, o parecer foi colocado à votação. Mas, como estava no recesso branco, não havia quórum de deliberação no início da sessão.

Por essa razão, o Presidente do Conselho inverteu a pauta do dia, a fim de que fosse primeiro realizada a oitiva de testemunhas referentes às representações nº 26 e 27 de 2014, e depois, a votação do parecer da representação em exame.

Assim que terminou a primeira parte da pauta, o Deputado Ricardo Izar



noticiou a indicação do Deputado Rubens Bueno, do PPS, na vaga do PSD, como suplente do Conselho de Ética, pela liderança do PSD. Mesmo sem o quórum, começaram os debates sobre o parecer. Mas antes de passar à votação, o Presidente do Conselho informou a renúncia do Deputado Mandetta, do DEM, e a indicação do Deputado Pastor Eurico, do PSB, em substituição, como membro suplente.

Vale destacar que ambas as nomeações foram impugnadas de plano pela defesa, mas o Conselho indeferiu as impugnações. A defesa sustentou que um julgamento não poderia iniciar com uma composição de membros mandatários e terminar com outra, pois é um princípio básico de que o acusado precisa saber a composição do órgão que o irá julgar, sob pena de disseminar a insegurança jurídica para todo e qualquer julgamento na esfera administrativa e judicial.

Ora, bem se sabe que isso se tratou de uma manobra com o objetivo de **atingir o quórum mínimo de deliberação**, que, no meu juízo de valor, **ofendeu o princípio constitucional do juiz natural**.

Diz a Constituição Federal no at. 5º, XXXVII: *não haverá juízo ou tribunal de exceção*. A observância desta norma implica a exclusão de qualquer escolha de juiz após a ocorrência do fato e tem por objetivo principal impedir manobras casuísticas na formação do juízo, seja para agravar ou beneficiar a situação do réu.

Esse princípio constitucional garante que o julgador não pode ser constituído depois do fato. Assim, designações casuísticas dos membros que integram o órgão julgador conflitam diretamente com essa garantia constitucional.

Veja-se, desse modo, que se equivoca o Relator do recurso na CCJ quando afirma que o princípio em questão só se direciona ao relator da representação, pois o que garante o princípio é a estabilidade do órgão julgador, que, **no caso do Conselho de Ética, se compõe por todos os seus membros e não apenas pelo relator do processo**.

Segundo consta no voto do Relator deste recurso, o artigo 10, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, garantiria a prerrogativa ao líder de “indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los”.

Todavia, **esse dispositivo não se aplica aos membros do Conselho de**



Ética e Decoro Parlamentar. Isso porque, os membros do Conselho têm mandato de dois anos, com exercício até a posse dos novos integrantes.

Assim diz o Código de Ética, no art. 7º:

“Art. 7º - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de 21 (vinte e um) membros titulares e igual número de suplentes, todos com mandato de 2 (dois) anos, com exercício até a posse dos novos integrantes, salvo na última sessão legislativa da legislatura, cujo encerramento fará cessar os mandatos no Conselho.

E no parágrafo 1º está dito:

§ 1º - Durante o exercício do mandato de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o deputado não poderá ser afastado de sua vaga no colegiado, salvo por término do mandato, renúncia, falecimento ou perda de mandato no colegiado não se aplicando aos membros do colegiado as disposições constantes no parágrafo único do artigo 23, § 2º do art. 40 e do art. 232 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Estão aqui as proteções dos deputados para pertencerem ao Conselho de Ética. Não é a mesmo tratamento dos membros das Comissões.

Ora, nenhum outro membro de Comissão tem mandato, razão pela qual podem ser livremente destituídos ou substituídos, na forma do inciso VI do art. 10 do Regimento.

Já os membros do Conselho de Ética detêm mandato de dois anos para que tenham liberdade na condução dos seus trabalhos, em suas votações, até mesmo quando agirem de forma diferente do que deseja o partido ao qual se encontra filiado ou o partido que cedeu sua vaga no Conselho para que fosse ocupada por Deputado de diferente agremiação partidária. Assim, preserva-se a atuação independente dos membros do Conselho, até mesmo da interferência de seus partidos.

Sobre o tema, veja-se o precedente da Questão de Ordem 606/2005, apresentada justamente pelo próprio Relator do processo na Conselho de Ética, Deputado Júlio Delgado, e encaminhada pelo Presidente do Conselho de Ética, na época o Deputado Ricardo Izar (pai), ao então Presidente em exercício da Câmara, o



Ilustre Deputado Nelson Trad:

“Na reunião do último dia 13 de julho deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o nobre Deputado Júlio Delgado apresentou questão de ordem fundamentada no art. 7º da Resolução nº 25/01, **insurgindo-se CONTRA sua substituição, como membro titular do Conselho**, pelo Deputado Cezar Silvestri.

Ora, se os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar têm **MANDATO** de dois anos, **não podem simplesmente ser substituídos pelos Senhores Líderes no curso do período**, ainda que se desvinculem das bancadas pelas quais foram indicados. [...]

O MANDATO DE DOIS ANOS VISA CONFERIR ESTABILIDADE AO CONSELHO POR ESSE PERÍODO, DE MODO A SE GARANTIR O SEU FUNCIONAMENTO, COMO INSTÂNCIA PROCESSUAL QUE É, IMUNE A ALTERAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS QUE POSSAM COMPROMETER A NORMALIDADE DOS SEUS TRABALHOS.

Firmado esse entendimento, o Sr. Presidente da Câmara acolheu, destarte, a questão de ordem endereçada inicialmente ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, **para revogar a designação do Senhor Deputado Cezar Silvestri como membro do referido Conselho, desfazendo assim a substituição havida e restaurando a condição de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao Senhor Deputado Júlio Delgado.**

Uma vez assente que, **EM RELAÇÃO AOS CARGOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DOS COLEGIADOS TÉCNICOS E DO CONSELHO DE ÉTICA, NÃO TÊM OS LÍDERES O PODER DE SUBSTITUIR OS ELEITOS, porque os eleitos detêm MANDATOS distintos da investidura da vaga**, acresce observar que, mais do que os detentores de mandato de Presidente ou Vice-Presidente, **quanto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, também subsiste regra equipolente à aplicável a**



todos os membros da Mesa, cujos membros são inalcançáveis pela discricionariedade dos líderes.

De fato, justifica-se a substituição dos liderados ao argumento de que estes, "enquanto membros dos colegiados", não detêm mandatos, mas apenas ocupam "vagas" destinadas aos partidos políticos a que pertençam. Entretanto, no caso da Mesa da Câmara dos Deputados, por disposição regimental expressa (arts. 5º a 9º, combinadamente com o art. 232, in fine, do RICD), ou **no caso do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**, em virtude de literalidade da norma contida no art. 7º Resolução nº 25, de 2001, posterior ao próprio Regimento (Resolução nº 17, de 1989), **todos os seus membros detêm mandato, e só podem ser substituídos em caso de renúncia ou falecimento, e assim mesmo de acordo com as normas próprias para a assunção do suplente ou eleição de sucessor.**

Por todo o exposto, nosso parecer conclusivo **é no sentido de manter a decisão** recorrida, por seus lícitos fundamentos, **ou seja, à consideração de que todos os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não apenas ocupam vagas, distribuídas à respectiva legenda por decorrência do princípio da proporcionalidade partidária, mas são detentores de mandato, assim como o são todos os integrantes da Mesa da Casa e os da Presidência das Comissões Técnicas, não podendo, pois, ser substituídos por suas Lideranças Partidárias.**

O princípio da estabilidade aos membros do Conselho de Ética também foi exposto na **Questão de Ordem 663/2006**, apresentada pelo Ilustre Deputado José Carlos Araujo, ao questionar a presença de deputados suplentes na composição do Conselho:

Segundo o autor da questão de ordem: Afronta o princípio da estabilidade desejável aos membros do Conselho de Ética, justificando, assim, que seja dado a esse Colegiado o mesmo tratamento atribuído aos integrantes da



*Procuradoria Parlamentar, membros da Mesa e Presidentes de Comissões. Julgo que, com muita razão, um Deputado suplente está mais suscetível às injunções de ordem político-partidárias e às questões regionais do que um Deputado titular, que tem o exercício do seu mandato assegurado regularmente. **Seria, assim, de todo inconveniente que o Conselho de Ética viesse a ter sua composição colegiada sujeita a modificações constantes**, decorrentes de ter em seu seio um membro, titular ou não, no exercício temporário do mandato, cuja duração não lhe seria permitido estimar, por fugir do seu controle.*

Todavia, nada disso foi observado pelo voto do Relator do recurso.

A nomeação de membros suplentes no meio do julgamento, no dia da votação, primeiro para formar quorum, afronta por completo a estabilidade que se tentou conferir ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no seu regime diferenciado e a livre atuação dos membros deste Conselho que se buscou preservar por meio da outorga do mandato de dois anos.

A previsão regimental, também inscrita no Código de Ética e Decoro Parlamentar, de outorgar **mandato** de dois anos aos membros do Conselho de Ética alinha-se perfeitamente ao postulado do juiz natural e à garantia de independência de atuação do julgador.

No entanto, o princípio constitucional do juiz natural, assim com o disposto nos artigos 21-E do RICD e 7º do CEDP, foi completamente violado no julgamento do ora recorrente.

Dizer que o Conselho de Ética não se submete à regra do juiz natural equivale a legitimar manobras políticas como forma de condenar e cassar o mandato eletivo do Parlamentar Federal, este outorgado pela soberania popular.

Além disso, as nomeações foram escolhidas a dedo não apenas para compor o quórum, mas principalmente para obter o decreto de condenação. Uma manobra, comum nas Comissões, inadmissível no Conselho de Ética.

Na ocasião da votação, manifestou-se o Deputado Rubens Bueno (filiação ao PPS, um dos autores da representação, e indicado na vaga do PSD):

“Está aqui de acordo com o Regimento. Eu participei de várias reuniões –



*nossa bancada e o nosso partido, um dos autores da representação, desse processo todo que está acontecendo aqui. Não só participei de reuniões em outras ocasiões, como na última estava aqui participando. **Temos o maior interesse.** Fiz a leitura do relatório, da contradição do advogado, vi aqui os depoimentos, acompanhando a cada momento, pedindo, inclusive, e dando ajuda, para que isso pudesse ajudar a Câmara dos Deputados a tomar providência. A Câmara dos Deputados tem que tomar providência quando há uma denúncia desta gravidade, porque todos estão suspeitos quando há uma denúncia dessas e a Câmara não faz nada. [...] **Então, nós estamos aqui para cumpri-lo e queremos votar com a representação que o PPS indicou para o início desse processo.**”*

O interesse em julgar e condenar o recorrente foi muito bem exposto pelo nobre Deputado Rubens Bueno, nomeado no curso do julgamento, que é filiado ao PPS, **um dos autores da representação.**

Ao término da votação, o nobre Deputado Julio Delgado, orgulhoso do seu feito, fez alguns agradecimentos em especial ao partido Democratas, um dos autores da ação e responsável pelo “nobre gesto” de renunciar para ceder a vaga ao Deputado Pastor Eurico. Vejamos:

*“[...] Vou começar nominando pelo Democratas. [...] Ao Deputado Mandetta coube esse gesto partidário. **O Deputado José Carlos lembrou bem aqui no Conselho, depois que é se imbuído do mandato, perde-se a coloração partidária, mas como o Democratas, junto com o PSDB, junto com o PPS, foi o autor da representação, ele não poderia ter um gesto de demonstração** mais claro que com o que pode ser interpretado inversamente, que uma renúncia poderia ser, de certa forma, pejorativo, não; **foi colaborativo**, para que hoje a gente pudesse culminar possibilitando a agilização da prestação que esta Casa tem e precisa dar a sociedade brasileira.”*

Depois de investido no mandato, o membro do Conselho de Ética e Decoro deveria realmente perder a coloração partidária. Mas aqui ocorreu exatamente o oposto.



O parlamentar do partido diretamente interessado na condenação, Democratas, que é um dos autores da ação, cedeu sua vaga para o Deputado Pastor Eurico, a fim de que esta ação fosse julgada de acordo com os seus interesses. O outro nomeado, Deputado Rubens Bueno, afirmou expressamente que atuaria de acordo com os interesses do seu partido, PPS, que também é um dos autores da representação.

Além do mais, as nomeações não cumpriram a norma da publicação no Diário Oficial da Câmara dos Deputados o que daria publicidade do ato.

Por tudo isso, discordo do voto do Relator, eis que manifesta nos autos a violação ao princípio do juiz natural.

Não é possível a CCJ, sabedora do real interesse na indicação de um suplente do Conselho de Ética do PSD que não foi indicado por seu partido desde 26/03/2013, ceder para o PPS, repentinamente, em 20/08/2014, dezessete meses depois, no dia da votação de parecer do relator do Conselho de Ética, para o deputado Rubens Bueno, líder do partido subscritor da representação em apreço. Muito estranho, não é? Não é um preenchimento normal de uma suplência no Conselho de Ética.

Da mesma forma, a súbita renúncia do deputado Mandetta do DEM, em 20/08/2014, data da votação do parecer, e a nomeação do deputado Pastor Eurico, na mesma data da votação do parecer (20/08/2014), também como membro suplente do Conselho.

Tudo para revestir de formalidade as indevidas indicações de ‘mandatos’ de membros do Conselho de Ética, dada a ausência de número mínimo para deliberar. Uma verdadeira simulação.

Faltavam duas presenças para ser atingido o quorum.

E, então, o quorum mínimo (12) foi atingido e o parecer pela cassação foi aprovado, por unanimidade. E o juiz natural foi fulminado.

6. ILICITUDE DAS PROVAS EMPRESTADAS E NÃO CONTRADITADAS



A tese apresentada no recurso, de que são ilícitas as provas enviadas pelo Supremo, porque deixaram de ser objeto do contraditório, foi afastada pelo Relator do recurso, pelas seguintes razões:

“Primeiro, a defesa teve, oportunidade de contraditar toda a prova, pois foi-lhe garantido tanto pelo Conselho quanto pelo Supremo Tribunal Federal (MS nº 33.088), em duas oportunidades, e sobre elas, documentos, foi-lhe dado prazo hábil para se manifestar, e, assim, teve como contraditá-los, contestá-los e/ou impugná-los.”

Nada disso é verdade.

As testemunhas dos autos, que responderam perguntas baseadas em trechos dos documentos do STF, foram ouvidas antes da concessão à defesa de vistas desses documentos.

Assim, a oitiva das testemunhas iniciou-se sem que ele soubesse, ao certo, quais fatos lhe foram imputados. E diante da impossibilidade de acesso aos autos, a defesa não fez questionamentos às testemunhas, porque impedida, tecnicamente, de conhecer o real teor das acusações.

É claro, portanto, que sem o conhecimento integral dos documentos enviados pelo STF, não foi possível ser efetivada a contradição real do que levantado pela acusação (representada pelos Deputados que compõem o Conselho de Ética, especialmente pelo Relator) nos questionamentos formulados durante a inquirição das testemunhas sobre tais documentos.

Não há dúvidas de que as provas emprestadas enviadas por este e. STF não foram, de fato, objeto do contraditório, na medida em que a defesa não pôde participar, formulando perguntas e apresentando contraposições às perguntas formuladas pelos Deputados, na ocasião da oitiva das testemunhas de acusação.

No caso em exame, destaque-se que as **provas emprestadas** enviadas pelo Supremo, no que concerne especificamente ao Deputado André Vargas, estão consubstanciadas no que materializado na **PET nº 5170**, a qual já foi analisada pelo Relator, remetida ao Ministério Público, e até o momento não se cogitou motivo para abertura de Inquérito, razão pela qual nem sequer pode ser tratado como parte, mas figura apenas o recorrente como mero interessado.



Frise-se que, nesses autos, o recorrente nunca se manifestou, nem mesmo perante à Polícia Federal. Seu nome surge apenas de mensagens interceptadas no curso de outras investigações.

As demais se referem à Reclamação nº 17.623 e ao INQ 3596, nos quais o Deputado André Vargas não figura como parte ou como investigado.

Ou seja, em nenhum desses procedimentos participou o recorrente, Deputado André Vargas, nem pôde, obviamente, realizar o contraditório ou se defender. No primeiro, porque não se trata sequer de inquérito, nos dois últimos, porque não figura como parte ou investigado.

Tendo em vista que o recorrente não participou da formação das provas emprestadas, deveria o Relator ter possibilitado que a oitiva das testemunhas questionadas sobre o conteúdo dessas provas fosse realizada com o exercício do contraditório por ambas as partes.

Ou seja, sem que a defesa pudesse implementar nos presentes autos o contraditório real, do qual não usufruiu nos autos onde a prova foi produzida porque dele não foi parte, não há como se considerar válida a prova emprestada.

Foi preciso, perdoe-se a repetição, a obtenção de medida liminar para que a vista dos autos fosse garantida ao recorrente. Na decisão que concedeu a medida liminar, está clara a violação ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, realizada pela negativa de acesso aos autos.

É claro, porém, que a manifestação por escrito no final da instrução não tem o condão de aperfeiçoar o contraditório, que deveria ter sido exercido no momento da oitiva das testemunhas. Até porque, essa manifestação foi simplesmente ignorada.

Por outro lado, afirmou em seu voto o Relator do recurso que outro é “o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a licitude da prova emprestada, tendo reiteradamente decidido pela sua validade e constitucionalidade”.

Ocorre que a validade das provas emprestadas – para qualquer finalidade – está condicionada à observância do contraditório. Vejamos a jurisprudência do c. STF consolidada nesse sentido:



[...] A prova emprestada, quando produzida com transgressão ao princípio constitucional do contraditório, notadamente se utilizada em sede processual penal, mostra-se destituída de eficácia jurídica, não se revelando apta, por isso mesmo, a demonstrar, de forma idônea, os fatos a que ela se refere. Jurisprudência. (RHC 106398, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 03-04-2012)

III. Prova emprestada e garantia do contraditório. A garantia constitucional do contraditório - ao lado, quando for o caso, do princípio do juiz natural - É O OBSTÁCULO MAIS FREQUENTEMENTE Oponível À ADMISSÃO E À VALORAÇÃO DA PROVA EMPRESTADA DE OUTRO PROCESSO, NO QUAL, PELO MENOS, NÃO TENHA SIDO PARTE AQUELE CONTRA QUEM SE PRETENDA FAZÊ-LA VALER; POR ISSO MESMO, NO ENTANTO, A CIRCUNSTÂNCIA DE PROVIR A PROVA DE PROCEDIMENTO A QUE ESTRANHO A PARTE CONTRA A QUAL SE PRETENDE UTILIZÁ-LA SÓ TEM RELEVO, SE SE CUIDA DE PROVA QUE – NÃO FORA O SEU TRASLADO PARA O PROCESSO - NELE SE DEVESSE PRODUIR NO CURSO DA INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA, COM A PRESENÇA E A INTERVENÇÃO DAS PARTES. Não é a hipótese dos autos: aqui o que se tomou de empréstimo ao processo a que respondeu co-ré da recorrente, foi o laudo de materialidade do tóxico apreendido, que, de regra, não se faz em juízo e à veracidade do qual nada se opõe.” (RE 328138/MG, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJ 17-10-2003)

No caso em exame, entendo que não houve contraditório nos autos em que a prova emprestada foi produzida, muito menos nos autos da Representação nº 25/2014, uma vez que a defesa teve acesso tardio ao seu teor, de modo que não pôde contraditar as testemunhas até agora inquiridas sobre o seu conteúdo ou realizar qualquer ato (oportuno e eficaz) de defesa.

Estou provento o recurso em questão para determinar o retorno dos autos ao Conselho de Ética para que seja refeita a instrução, com oitiva de testemunhas de



acusação ouvidas antes das vistas e cópias dos documentos remetidos pelo STF, conforme decidido por essa Corte, e testemunhas de defesa reiteradas pelo representado e que deixaram de ser ouvidas, juntada de documentos, inclusive oitiva do depoimento pessoal do representado, para garantir o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e o juiz natural. Com certeza, tomada essa decisão pela CCJ será feita jurisprudência para os procedimentos de quaisquer representações contra quaisquer parlamentares que venham a tramitar perante o Conselho de Ética, para que não se abram precedente aos procedimentos futuros contra qualquer um, evitando julgamentos discricionários, de exceção e arbitrários e para que reforce os valores da cidadania brasileira.

Sala da Comissão, de novembro de 2014.

JOSÉ MENTOR
Deputado Federal PT/SP